

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Da Sra. MARIA HELENA)

Requer a aprovação de missão oficial de membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, com ônus para Câmara dos Deputados, em 8 e 9/06/2017, para que os parlamentares possam conhecer as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro na faixa de fronteira, no estado do Amazonas.

Requeiro, com base no art. 41, inciso XV, da Constituição Federal com o art. 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, a aprovação de missão oficial de membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), com ônus para Câmara dos Deputados. A missão, a ser realizada em 8 e 9 de junho de 2017, é para que os membros desta Comissão possam conhecer de perto as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro na faixa de fronteira, no estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da visita é o de permitir o contato com a realidade regional, propiciando a avaliação da importância estratégica da área e o conhecimento **in loco** das atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro naquela faixa de fronteira.

Ademais, este requerimento atende ao convite feito à presidência desta Comissão, pelo Comando do Exército Brasileiro, para que os seus membros conheçam o trabalho do Exército brasileiro naquela região de fronteira, e, também, para

que nessa ocasião, possam ouvir os militares envolvidos nessa importante e nobre missão.

Cabe, à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), especialmente no que diz respeito à Amazônia, deliberar sobre os temas de integração regional e limites legais; de caça, pesca, fauna e flora e respectivas regulamentações do desenvolvimento e integração da região amazônica; dos planos regionais de desenvolvimento econômico e social; e do incentivo regional da Amazônia, entre outros. Nesse contexto de atribuições, está inserido o tema da vigilância e da proteção das nossas fronteiras, cujos benefícios decorrentes são diversos e vão desde os aspectos militares, econômicos até os aspectos socioambientais – preservação ambiental, proteção da biodiversidade, proteção das populações indígenas; ampliação da presença do Estado junto a populações desassistidas e aumento da sensação de segurança, entre outros.

Sala das Comissões, de abril de 2017.

Deputada MARIA HELENA (PSB/RR)